

Estudo questiona a inclusão social de homossexuais

Sociologia

Enviado por:

Postado em:27/10/2011

A inclusão social da parcela não heterossexual da população deve garantir a vida e sua expansão. No entanto, esta inserção vem servindo hegemonicamente como uma forma de amenizar estilos de vida diferentes do comum, incorporando as pessoas porque elas e sua produtividade passam a ser interessantes para a sociedade.

“Assim, continua valendo a ideia de que existem formas legítimas e ilegítimas de viver”, observa o psicólogo Luis Fernando de Oliveira Saraiva. Ele é autor do estudo A pedagogização das diferenças sexuais: o cinema como dispositivo educativo, defendido no Instituto de Psicologia (IP) da USP. A pesquisa, orientada por Marie Claire Sekkel, tinha por objetivo problematizar a ideia de educação inclusiva, como e quando ela se dá e o que se quer quando se pensa na ideia de inclusão. Saraiva pretendia explorar a educação que se dá no cotidiano, e por isso escolheu o cinema como um meio para o estudo. O psicólogo encara o cinema como um lugar de aprendizado, onde se legitimam ou não modos de ser, pensar e sentir, além de convocar para uma reflexão sobre si mesmo, sendo portanto uma prática que afeta a subjetividade. Para analisar como as formas de sexualidade não-heterossexuais eram tratadas no cinema, Saraiva utilizou os filmes Milk – A Voz da Igualdade (EUA, 2008), Preciosa (EUA, 2009), Beleza Americana (EUA, 1999), Longe do Paraíso (EUA, 2002), O Segredo de Brokeback Mountain (EUA, 2005) e Meninos não choram (EUA, 1999). O pesquisador buscou analisar como a não-heterossexualidade é tratada desde a década de 1950, mas na ótica de hoje. Por isso os filmes escolhidos, embora produzidos entre 2000 e 2010, retratam décadas diferentes. Por meio de sua análise, Saraiva pode estabelecer padrões sobre como essa parcela da população era retratada no cinema. Ele observou que há uma incitação a se descobrir gay, a partir da descoberta de si mesmo; há também uma incitação a uma militância depois de se descobrir, um incentivo a usarem sua sexualidade como arma de luta política, bem como é necessário seguir algumas regras. Por exemplo, os homens gays são convidados a assumirem uma identidade viril, eliminando traços de feminilidade. Para o pesquisador, isso intensifica a segregação de outros grupos, já que as figuras afeminadas, como as travestis, ficam à margem deste padrão. Saraiva observou ainda que a forma estável de relacionamento é a tida como ideal, desvalorizando-se relacionamentos mais transitórios, nômades, tidos como promiscuidade, ao mesmo tempo em que se legitima o casamento e a constituição de famílias. Segundo o psicólogo, essa valorização da figura do homossexual se dá a partir do fim dos anos 1990, com um aumento de personagens gays, e é contrária ao modo com que foram mostrados historicamente pelo cinema. “O lugar deles nos filmes é o mesmo que o dos outros: eles trabalham e são pessoas de bem, diferentemente da imagem até então hegemônica como pessoas caricatas, pervertidas e/ou criminosas”, diz. Inclusão? Saraiva, no entanto, tem críticas a essa mudança. Para ele, ao mesmo tempo em que estes personagens se tornam mais visíveis no cinema e na sociedade, eles desaparecem, pois o que os torna diferentes se dilui e eles se tornam pessoas como outras quaisquer. “Hoje um relacionamento homossexual é igual a um heterossexual, não há particularidade. A visão de que há um estilo de vida diferente do aprendido normalmente some, se perde a afirmação de um outro jeito de ser. Jeito esse que não nos diz respeito, mas que existe e as pessoas têm todo o direito de viver do jeito que desejarem”, argumenta. Por esses motivos, o pesquisador questiona a inclusão social, que para ele,

dá a ideia de que se repassa para um grupo (homossexuais) um modelo falido do outro (os heterossexuais). “Por exemplo, é comum hoje em dia ver casais héteros que não querem casar ou ter filhos, mas a sociedade precisa de pessoas casadas e com filhos. Então, se garantem esses direitos para os homossexuais, dando uma falsa ilusão de inclusão. É a produtividade e a utilidade que interessam” ele explica. O pesquisador vê a inclusão como uma prática de apaziguamento das diferenças e que deixa ainda mais vulneráveis à violência os grupos que não interessam (por exemplo, as figuras afeminadas). Para o psicólogo, esse modelo de inclusão mantém a ideia de que existem jeitos legítimos e ilegítimos de viver. Ele enfatiza que é necessário olhar com menos ingenuidade as práticas que vêm envoltas de tanta boa intenção, e que é necessário questionar o inquestionável. No caso, os direitos aos homossexuais, e é isso que o seu trabalho propõe. Ele ressalta, no entanto, que quer fugir da dicotomia: “não é porque não há o direito em lei que violências estão autorizadas, pelo contrário, mas é necessário saber a quais problemas a inclusão responde, a que ela se presta”. Esta reportagem foi publicada em 20/10/2011 no sítio usp.br/agen/?p=77532. Todas as informações nela contida são de responsabilidade do autor.